



## Resumo de Notícias

12/04/2016 - Sinttel-ES

### Artigo – Nossa Opinião – Instituto Telecom

Enquanto a população concentra sua atenção no debate sobre o impeachment, decisões importantes sobre as telecomunicações brasileiras podem ocorrer na quinta-feira, dia 14, na Câmara Federal. Trata-se do Projeto de Lei nº 6789/2013, cujo relator é o deputado Jorge Mudalen (DEM-SP). Sob o falso argumento de beneficiar os consumidores, a Comissão Especial que votará o projeto poderá inviabilizar, de uma vez por todas, a banda larga em regime público.

Para entender a gravidade do que será votado, vejamos alguns exemplos de como o deputado Mudalen tratou as propostas de emenda ao seu texto:

Rejeitou a proposta da deputada Luiza Erundina, de supressão do art.6º, que autoriza a aplicação de recursos do Fundo de Universalização de Telecomunicações (Fust) em serviços prestados em regime privado. Na prática, Mudalen está autorizando que recursos públicos sejam utilizados por empresas privadas como bem lhes aprouver.

Rejeitou a proposta do deputado José Carlos Araújo, de criação do regime público para o fornecimento de acesso à internet. O argumento de Mudalen é de que a universalização tem se dado pelo regime privado. Não é verdade. O serviço mais capilarizado em todo o país é a telefonia fixa, que está em regime público.

Mudalen sugere a mudança no processo de escolha de três dos cinco membros do Conselho Diretor da Anatel. Uma vaga seria ocupada por indicação da

Câmara dos Deputados, uma vaga para o Senado Federal e uma outra vaga seria preenchida por um membro oriundo da carreira de Especialistas em Regulação de Telecomunicações, isto é, do corpo técnico da Anatel. Esta proposta tem que ser aprofundada, até porque nós entendemos que a sociedade civil não empresarial precisa de um representante nesse Conselho.

Com relação aos consumidores, o Instituto Telecom entende como prioritário que as operadoras de telecomunicações cumpram o Regulamento Geral dos Direitos dos Consumidores, que começou a vigorar em 2014. Defende, ainda, que a Anatel seja mais eficiente na divulgação e fiscalização do Regulamento.

É evidente que o projeto só tem um objetivo: favorecer as operadoras de telecomunicações, em detrimento da sociedade. Dar a verba do Fust às operadoras, e acabar com a possibilidade da banda larga ser prestada em regime público (com metas de universalização, qualidade e tarifas módicas), vai claramente ao encontro dos desejos das empresas que têm se mostrado muito competentes para alcançar lucros exorbitantes oferecendo um serviço para poucos e de baixa qualidade.

É bom não esquecer que o DEM é um dos partidos líderes do golpe contra a democracia. Nós, do Instituto Telecom, nos colocamos intransigentemente contra os dois golpes.

11/04/2016 - Telesintese

### A complexa dívida da Oi pode incentivar disputa entre os credores

Artigo da Nortia Research e assinado por Paolo Gorgo publicado hoje, 11, tenta desenrolar o complexo novelo da dívida da Oi e aponta para duas novas datas importantes: 15 de abril e 18 de abril.

A complexidade da dívida da Oi é tamanha, alerta o analista Paolo Gorgo, da Nortia Research, que alguns credores já estariam se organizando à parte para tentar negociar de maneira distinta. No próximo dia 15 de abril a Oi terá reunião com os debenturistas das nonas

e quintas emissões para discutir com os donos desses papéis o fato de não ter cumprido os compromissos assumidos, no que se refere à relação da dívida e Ebitda.

Leia mais em:

<http://www.telesintese.com.br/linha-bndes-mpme-inovadora-atingiu-r-230-milhoes-em-emprestimos/>



## Resumo de Notícias

11/04/2016 - Telesíntese

# Pela banda larga, governo manda usar bens reversíveis, acabar com contrato de concessão e tarifas

O Ministério das Comunicações publicou hoje, 11, no Diário Oficial da União, portaria nº 1.455, que define as diretrizes para a atuação da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel na elaboração de proposta de revisão do atual modelo de prestação de serviços de telecomunicações. Modelo este que coloca a banda larga no centro da política nacional de telecom, propõe liberar as atuais concessionárias de telefonia fixa dos ônus do regime público, desde que elas invistam em projetos de banda larga, seja em redes de fibras e de rádio de alta capacidade para ligar os municípios seja em redes de acesso. Para os investimentos, o Ministério das Comunicações está liberando a Anatel para negociar os bens reversíveis, o prazo das concessões, o ônus do serviço fixo e o controle tarifário. Mas haverá uma nova licença "viggiada".

A prioridade dos investimentos das concessionárias, que passarão para um novo regime, deverá se dar em três direções:

- Expansão das redes de transporte em fibra óptica e em rádio de alta capacidade para mais municípios; II – Ampliação da cobertura de vilas e de aglomerados rurais com banda larga móvel; III – Aumento da abrangência de redes de acesso baseadas em fibra óptica nas áreas urbanas; IV – Atendimento de órgãos públicos, com prioridade para os serviços de educação e de saúde, com acesso à Internet em banda larga.

O Ministério determina ainda que o serviço de voz "existente" deverá ser mantido onde ele ainda for necessário. O que significa que não deverá haver a migração de toda a concessão de telefonia fixa para o serviço privado. Tanto nas propostas já formuladas pelos conselheiros Igor de Freitas e Rodrigo Zerbone alguns serviços sob a forma de concessão ainda se manteriam, até para não precisar mexer na Lei Geral de Telecomunicações. No caso de Igor, seriam mantidos apenas os orelhões onde não houvesse qualquer outra oferta de voz (mesmo que celular). No caso de Zerbone, haveria uma grande aliviada na instalação de orelhões, mas as obrigações de manutenção dos telefones fixos nas atuais áreas de concessão iriam permanecer até a migração final para o novo regime. Na proposta do Ministério, não fica muito

claro o que se pretende.

### Mais liberdade

O regime de maior liberdade para as cinco concessionárias (três grandes grupos e duas regionais, a saber Telefônica, América Móvil, Oi, Algar Telecom e Sercomtel) significa que a Anatel deverá "modular a regulação em função da competitividade das áreas do país", uma mudança importante de política, pois até hoje as regulações da agência foram uniformes para o país inteiro.

A portaria explicita que o Poder Público quer manter a sua capacidade de "monitorar as redes estratégicas", o que deverá se transformar em uma autorização com mais obrigações que está sendo chamada nos corretores da agência. O Minicom manda ainda a agência simplificar o atual modelo de outorgas de serviços e ser mais ágil na outorga de licenças.

Para estimular que as concessionárias migrem para o novo modelo (sem essa migração, não há investimentos em banda larga no montante desejado pelo governo), o Ministério lista o que pode ser monetizado: a revisão das metas da telefonia fixa; a alteração do regime de controle tarifário; a utilização de ônus contratuais financeiros (como os 2% do faturamento devidos a cada biênio); a eliminação da reversibilidade; e a eliminação do prazo contratual de 2025.



## Resumo de Notícias

# MST denuncia manipulação da Globo para criminalizar movimentos

Na noite desta segunda-feira (11), durante o ato em Defesa da Democracia promovido pela Frente Brasil Popular, José Carlos dos Santos foi detido por portar uma quantidade de dinheiro em sua mochila, o que foi considerado suspeito pela Polícia Militar do DF, afirmando que o mesmo pertencia ao movimento.

### MST

Logo após o ocorrido, sem averiguação dos fatos, deputados federais "usaram tribuna da Câmara dos Deputados para reproduzir mentiras sobre o MST, baseadas em matérias mal apuradas pela imprensa e supostos áudios da polícia".

De acordo com uma nota do MST, "o senhor Santos prestou declarações à polícia e afirmou não ser integrante de nenhum partido, ou movimento algum, tendo ido à manifestação por ato individual, o que também é legítimo".

O movimento repudia ainda o papel das Organizações Globo ao prestar serviço de desinformação para a sociedade brasileira e reforçar a criminalização e silenciamento dos movimentos sociais no Brasil.

"Repudiamos a matéria veiculada no site das Organizações Globo, G1, que afirma uma mentira em sua apuração (ou a falta dela). Em nenhum momento, o site entrou em contato com o MST para confirmar a associação de um militante a um suposto crime, como tentam insinuar", salienta trecho de nota.

### Confira a nota abaixo:

#### Nota de Repúdio

O MST repudia de forma veemente a tentativa de criminalização do Movimento por parte do deputado federal Alberto Fraga (DEM-DF), Felipe Maia (DEM-RJ)

e Major Olímpio (SD-SP). Estes deputados usaram a tribuna da Câmara dos Deputados para reproduzir mentiras sobre o MST, baseadas em matérias mal apuradas pela imprensa e supostos áudios da polícia.

Na noite desta segunda (11), durante o ato em defesa da Democracia promovido pela Frente Brasil Popular, José Carlos dos Santos foi detido por portar uma quantidade de dinheiro em sua mochila, o que foi considerado suspeito pela polícia militar do DF.

O senhor José Carlos, que não integra o MST nem em sua base militante, nem em suas instâncias diretivas, prestou seus esclarecimentos, declarou a origem do dinheiro e foi liberado. Segundo informações prestadas pelos policiais da 5ª DP de Brasília ao MST, o senhor Santos afirmou não ser integrante de nenhum partido, ou movimento algum, tendo ido à manifestação por ato individual, que também é legítimo.

Neste sentido, também repudiamos a matéria veiculada no site das Organizações Globo, G1, que afirma uma mentira em sua apuração (ou a falta dela). Em nenhum momento, o site entrou em contato com o MST para confirmar a associação de um militante a um suposto crime, como tentam insinuar.

Não é a primeira vez que os meios das Organizações Globo criminalizam, ou silenciam os movimentos sociais do Brasil. No mínimo, o G1 deveria se retratar e informar aos seus leitores seu erro grosseiro.

O MST integra o acampamento nacional em Brasília, cujo principal objetivo é organizar a luta contra o golpe contra a democracia em curso na Câmara dos Deputados. Continuaremos a luta, denunciando as manifestações fascistas, preconceituosas e criminalizatórias dos setores mais conservadores do país, que só operam a retirada dos direitos conquistados a muito custo pelo povo brasileiro.



## Resumo de Notícias

12/04/2016 - Rede Brasil Atual

# Como o sistema tributário brasileiro colabora para a desigualdade

Estudo analisa impostos sobre renda a partir de dados da Receita e mostra como a estrutura beneficia os muito ricos

"O sistema tributário brasileiro beneficia os mais ricos – e isso ajuda a perpetuar a desigualdade no país." A afirmação é do economista Rodrigo Octávio Orair, coautor de um estudo do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG) da Organização das Nações Unidas (ONU), publicado em fevereiro.

Com base em dados da declaração de imposto de renda disponibilizados pela Receita Federal a partir de 2015, o estudo "Tributação e distribuição da renda no Brasil" chegou a um nível de detalhamento sem precedentes sobre a desigualdade no país.

De acordo com o estudo, 10% da população concentra 52% da renda. Um por cento responde por 23,5%. E 0,05%, por 8,5% de toda a renda. Esses últimos são apenas 71 mil pessoas, uma população equivalente à do bairro de Moema, em São Paulo. Cada um recebeu, em média, uma renda de R\$ 4,1 milhões em 2013.

O gráfico abaixo compara a concentração de renda do Brasil em relação a alguns outros países com dados disponíveis. Cada cor de barra representa um país, e cada barra, o percentual de renda concentrado. Sob cada grupo de barras está indicado um percentual da população, do 1% ao 0,05% mais rico. Em todos os casos, a concentração brasileira é consideravelmente maior:

### Regressividade dos impostos

O estudo defende que um dos principais motivos pelos quais a renda é concentrada é a baixa progressividade dos impostos no país. Os autores calculam que a



alíquota efetiva média paga pelos 0,05% mais ricos chega a apenas 7%, enquanto a média nos estratos intermediários dos declarantes do imposto de renda chega a 12%.

Uma estrutura tributária é dita progressiva quando aqueles que recebem mais renda arcam com mais impostos.

Quanto mais progressivo o sistema tributário, maior, relativamente, a cobrança sobre os mais ricos. Quanto mais regressivo, maior a carga sobre os mais pobres.

Segundo o estudo, as principais limitações à progressividade dos impostos no Brasil estão ligadas à forma como são tributadas as rendas do capital. Enquanto a taxa das rendas do trabalho ocorre de forma progressiva, de acordo com tabela de alíquotas crescentes para faixas de renda mais altas, algumas mudanças introduzidas em 1995 reduziram o nível de tributos sobre as rendas do capital.

Mudanças que diminuíram impostos sobre as rendas do capital

### Fim do imposto sobre dividendos

Os dividendos distribuídos a acionistas de empresas, que antes eram tributados em 15% na pessoa física, passaram a não ser taxados. Ou seja, quando alguém recebe sua parcela de lucro como acionista de uma empresa no Brasil, não precisa pagar impostos sobre o valor.

Leia mais em:

<http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2016/04/como-o-sistema-tributario-brasileiro-colabora-para-a-desigualdade-8757.html>